



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 80ª
(OCTOGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 24 DE SETEMBRO DE 2008.

Publicação conferida no DCL nº 82 de 09/10/08
Servidor: Luiz Carlos Matrícula: 1173731



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Solicito a todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa que venham ao plenário para darmos início à pauta de votação de hoje.

Estão presentes os Deputados Chico Leite, Reguffe, Erika Kokay, Rogério Ulysses, Milton Barbosa e Geraldo Naves, portanto, há *quorum* regimental.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se Início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 180, de 07/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 80ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Dá-se Início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a presença dos Deputados Milton Barbosa, Geraldo Naves, Brunelli e Wilson Lima, pois seria muito difícil falar aqui se não houvesse nenhum Parlamentar para me ouvir. Estamos nos Comunicados de Líderes e agradeço a presença dos colegas, da imprensa, enfim.

O que me trouxe à tribuna hoje foi um telefonema que recebi há pouco dando conta de que um ônibus escolar, ou seja, um ônibus pago com dinheiro público para transportar alunos de São Sebastião para Nova Betânia – na falta de vagas na área urbana, alunos estão sendo deslocados para a zona rural – pegou fogo. Acabou de ser carbonizado um ônibus escolar em Nova Betânia! Graças a Deus, os alunos haviam acabado de descer do ônibus, o motorista havia acabado de fechá-lo, houve um curto-circuito e o ônibus está lá agora carbonizado. Uma sucata!

Eu me pergunto se isso tivesse ocorrido no percurso, com o ônibus lotado, Deputado Geraldo Naves? Mais de quarenta crianças utilizam esse ônibus diariamente. Mais uma sucata dessas empresas que têm contratos milionários com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	2

Secretaria de Educação e que transportam diariamente milhares de alunos. Hoje não foi um acidente no percurso, foi um ônibus que pegou fogo.

Pego licença aos Parlamentares, pois, após meu pronunciamento, vou me deslocar para lá, porque é uma escola na qual trabalhei por alguns anos, e acho que é nossa função também, como Parlamentar, acompanhar esses episódios. Eu falo isso, Sr. Presidente, porque essa situação dos ônibus escolares exige a nossa atenção. O Poder Legislativo tem a prerrogativa de fiscalizar empresas que prestam serviços ao Governo do Distrito Federal. Temos de dar mais atenção a esse tema, temos de cobrar da Secretaria de Educação uma fiscalização mais efetiva em relação a esses ônibus.

Recentemente, depois do acidente que envolveu um desses ônibus, cheguei a ouvir o Secretário Valente afirmar que iria pedir aos diretores de escola que fossem parceiros na fiscalização dos ônibus. Isso, desculpe-me o Secretário, é um mecanismo de fiscalização extremamente frágil. O que precisa é uma rigorosa fiscalização desses ônibus. Eles têm de ser fiscalizados mês a mês, têm de ser apreendidos no depósito do DETRAN, porque o contrato, volto a dizer, é milionário! Dinheiro não falta para essas empresas darem a manutenção adequada a esses ônibus.

Mas o engraçado é que esse problema com os ônibus escolares acontece nas cidades mais carentes do Distrito Federal. É nessas cidades que eles batem, é lá que falta freio nos ônibus e, infelizmente, foi em uma dessas cidades que acabou de ser carbonizado um ônibus escolar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, parabéns V.Exa. pelo pronunciamento, que aborda um tema que não é difícil resolver. Como V.Exa. disse há pouco, é só fiscalizar.

Olhei para o Deputado Wilson Lima e me lembrei de que fomos companheiros de trabalho de Secretarias. Havia licitação para fornecimento de cestas-básicas, de pão e leite, e cansamos de cancelar vários contratos, independentemente da procedência. Por quê? Se você contratou um serviço, faça a inspeção nos ônibus e pronto: esse não vai, esse também não vai. Se você detectar defeitos vários, como, às vezes, vemos na televisão, é só não deixá-los rodar. Se não houver outro ônibus, que se rompa o contrato e chame o segundo colocado na licitação. O que falta, de fato, é fiscalização.

V.Exa. está de parabéns, Deputado Rogério Ulysses!

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Agradeço o aparte a V.Exa., Deputado Milton Barbosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	3

Penso que, primeira coisa, é inaceitável que o aluno tenha que sair da zona urbana, entrar em um ônibus e enfrentar uma BR para estudar na zona rural, porque não há vaga na zona urbana. Sabemos que esse problema será resolvido a médio prazo.

Agora, a curto prazo, imediatamente, antes que haja uma tragédia, antes que vidas sejam perdidas – hoje, por sorte, não morreu ninguém, pois as crianças desceram –, devemos fiscalizar e cobrar do Executivo uma fiscalização dura em relação aos ônibus escolares.

Se não houver uma força-tarefa, hoje, partindo desta Casa, para que haja uma fiscalização efetiva, poderei falar em uma tragédia anunciada.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, quando V.Exa. fala sobre tragédia anunciada, volto um pouquinho no tempo para lembrar que eu cobrava e continuo cobrando, sempre, a ação, não a fiscalização. Fiscalizar é fácil. Temos é que agir imediatamente.

Há pessoas ganhando para isso, recebendo para isso. Essas pessoas precisam cumprir o seu papel. Elas têm que ir até lá e fiscalizar. Não me pergunte quem.

Eu me solidarizo com V.Exa. e tenho também uma preocupação: é lógico que o Secretário de Transporte está fazendo um brilhante trabalho no Distrito Federal - não resta a menor dúvida – e é lógico que há empresários que têm condições de olhar um pouco mais pelas crianças e guardar menos dinheiro no bolso para viagens. Devemos pensar na qualidade de vida que queremos. O ser humano está acima de tudo, e as crianças são aquelas que estarão aqui no futuro.

Portanto, penso que todo esforço, não só o nosso, como Deputados, mas de todas as pessoas, de denunciar, ligar, enviar *e-mails*, para dizer que vimos um ônibus em pedaços, deve ser acatado. Temos que ir até lá e pedir providências!

Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento e faço minhas as suas palavras, com riqueza de detalhes.

Parabéns, Deputado Rogério Ulysses!

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço e concluo, Sr. Presidente, pedindo licença aos Srs. Parlamentares e convidando-os para observar esta tragédia que acabou de acontecer em Nova Betânia: um ônibus escolar acabou de pegar fogo e está carbonizado no pátio da escola de Nova Betânia.

Graças a Deus nenhuma criança foi vitimada nem o motorista, mas penso que temos, urgentemente, de engrossar o discurso sobre a fiscalização dessas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	4

empresas que têm contratos millionários e que transportam as nossas crianças em verdadeiras sucatas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 180, de 07/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 80ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, imprensa, Deputado Berinaldo Pontes, meu Líder, Deputada Erika Kokay, Deputado Reguffe, vou me reportar aqui a um assunto que foi destaque neste mês e gostaria da atenção desses três iluminados Deputados. O problema é o seguinte: esta Casa sempre votou projetos de lei que mudam a destinação de áreas públicas, quer seja por Iniciativa de Deputados, quer seja por iniciativa do Governo. Vou me ater somente aos de Iniciativa do Governo.

Nos anos de 2006 e 2007, houve várias mudanças de destinação de terrenos. Em 2006, foi feita a mudança de destinação da grande área que circunda o Carrefour e o Setor de Oficinas. Lembro-me de que houve um projeto que causou muita polêmica aqui. Em um final de tarde - eu não estava aqui -, ele foi colocado em votação. Tratava da complementação do espaço para uma empreiteira, uma incorporadora que ganhou um pedaço do Peleirão.

Sabíamos que já existiam vários processos para concessão de alvarás, mas houve um exagero, para não ser injusto com ninguém, das construtoras na elevação do espaço de construção. O que ocorreu? O Governador Arruda - digo isto porque sou um apoiador crítico, mas não me recuso a reconhecer um gesto nobre e corajoso - detectou um sem-número de empreendimentos fora dos padrões, com alvarás concedidos pelas administrações, e suspendeu-os. Aí entra a parte mais importante da coragem dele: Sua Excelência mandou cobrar mais-valia.

Saí do Executivo com quase quarenta anos e confesso, posso até estar cometendo injustiça com outros governos, que não vi nenhum processo de cobrança de mais-valia de terreno de ninguém.

Parabenizo o Governador pelo gesto corajoso. E o fundamental é que ele tentará restabelecer ao erário o que foi desfalcado quando da mudança de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	5

destinação. Não interessa se a cobrança será em dinheiro ou em obra. O fundamental é que a coisa pública seja tratada como deve.

Pego da tribuna ao Sr. Governador, com a assessoria que tem, que mande a esta Casa uma legislação rigorosa estabelecendo critérios de cobrança da mais-valia da mudança de destinação dos terrenos públicos. Eu não sei e desafio quem quer que esteja aqui que saiba também disso.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, no passado tivemos problemas seriíssimos com relação a mudanças de destinação. Por esse motivo, propus, ainda no passado, um Projeto de Emenda à Lei Orgânica no sentido de que também obrigássemos, para mudança de destinação, a realização de audiência pública, porque na audiência pública você, às claras, sabe se o interesse é público ou meramente particular, se a finalidade é a de atender à população, aos reclames da qualidade da cidade ou se é a de enriquecer este ou aquele. O que é fundamental na audiência pública é a transparência no processo.

Essa PELO já passou pelas comissões, está pronta para ir à Comissão Especial e quero aproveitar a palavra de V.Exa. para dizer que evitaríamos tudo isso se houvesse transparência no processo, se houvesse audiência pública antes de toda mudança de destinação, que, a meu ver, como é equipamento público, só pode – e esse é o entendimento do Ministério Público, é o entendimento do Supremo – ser feita pelo Poder Executivo porque trata-se de equipamento público.

Muito obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Quero anunciar que este ano, Deputado Cabo Patrício, vamos comemorar os 186 anos do maior estado da Federação: o Estado do Piauí, o meu Piauí. Será no SESC de Ceilândia, no dia 21 de outubro, numa grande festa onde estará presente todo o Executivo do Estado do Piauí. Já anuncio aqui a participação da Ministra Dilma Rousseff, que já teria confirmado a sua presença nessa grande festa.

Aproveito para convidar a todos e anunciar a toda a colônia piauiense o grande evento em comemoração ao aniversário do Estado do Piauí.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	6

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer aos Deputados, aos nobres pares da imprensa que ontem justifiquei a minha ausência na hora da discussão do REFAZ por motivo da morte de Washington Nunes, bombeiro militar que faleceu durante treinamento do Corpo de Bombeiros. O seu sepultamento ocorrerá hoje no cemitério do Gama às 17h30min e eu estarei lá.

Quero expor algumas questões referentes à Segurança Pública do Distrito Federal. Tenho andado por todas as nossas cidades e tenho ido aos postos policiais, tanto aos novos quanto aos antigos, Deputado Milton Barbosa. V.Exa. sabe que não serão somente os postos policiais que garantirão a segurança da sociedade. Nós sabemos muito bem disso.

Diariamente temos visto nos jornais matérias positivas do Governo, mas, Infelizmente, as pessoas têm perdido suas vidas. Deputada Erika Kokay, ontem uma orientadora e pedagoga quase perdeu sua vida na Escola Classe nº 08, da Cellândia. A estudante só não a matou porque já tinha disparado o revólver por três vezes antes de chegar à escola.

Precisamos expor esses fatos com muita tranquilidade porque o Governo alardeia que vai instalar trezentos postos policiais para dar segurança à sociedade, mas isso não é verdade. Não é verdade porque o Governador chega com toda a sua equipe para inaugurar o posto policial e, quando termina a inauguração e o Governador vai embora, chega um veículo do GDF e retira o computador e o telefone e vai embora. Ficam apenas dois policiais no posto novo, como se isso fosse resolver o problema da violência no Distrito Federal.

Tanto é que ontem, no *DFTV* 1ª edição, um policial, que não pode se identificar em função da legislação, que é arcaica e ultrapassada, denunciou o fato de não poder atender às ocorrências para salvar vidas da população em São Sebastião, cidade do Deputado Rogério Ulysses, porque não pode deixar o posto abandonado.

Essa metodologia de segurança não traz resultados para a preservação da vida no Distrito Federal. Não se combate a violência dessa forma. Se o Governo não entender, em um ano e nove meses de governo, que é preciso haver um projeto de segurança pública, continuaremos perdendo os nossos jovens e as pessoas de bem no Distrito Federal. Continuaremos perdendo!

Os profissionais fazem um esforço muito grande, porém, Deputado Chico Leite, esses profissionais, como o W. Nunes, que faleceu ontem, nem sequer recebem o risco de morte para arriscarem suas vidas para salvar os cidadãos. É um absurdo o que acontece no Distrito Federal! E foi promessa do Governador de que iria instituir o recebimento do risco de morte no primeiro dia do seu mandato, em 1º de janeiro de 2007 – e até hoje não o fez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	7

Por isso estamos percorrendo todas as cidades e mobilizando todas as categorias para, no dia 2 de outubro, fazermos uma grande assembléia contra esses postos policiais e contra essa política de segurança pública, que não atende à sociedade, que não traz resultados à sociedade. Essa é a verdade.

Deputado Chico Leite, nem o projeto das câmeras, de minha autoria, já aprovado por esta Casa, foi implementado pelo Governo do Distrito Federal. Deve ser porque a segurança das escolas não é prioridade.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Deputado Cabo Patrício, recebi ainda hoje um relatório do Sr. José Cláudio Caldas Calgaro, Diretor Regional Adjunto dos Correios em Brasília.

Aproveitando o aparte a mim concedido pelo nosso Líder Deputado Cabo Patrício, que vem da área de segurança, bem como a presença do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, quero fazer um apelo.

Sr. Presidente, meu Líder Patrício, desde o mês de fevereiro do ano em curso, os nossos carteiros, os trabalhadores e trabalhadoras dos Correios vêm sofrendo assaltos à mão armada durante o exercício de suas funções, em plena luz do dia, o que é mais grave, uma vez que o trabalho de entrega das correspondências e dos objetos de valor se dá exatamente no período compreendido entre 13h e 17h. A princípio, as ocorrências se deram de forma esporádica. Porém, vejam: já no mês de abril foram registrados 22 roubos, alcançando-se maior índice ainda no mês de agosto, quando houve 46 roubos de carteiros no Distrito Federal.

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. que é da área de Segurança, se fizermos um comparativo com o ano de 2007, veremos uma diferença de 6.050%, porque, em 2007, houve apenas quatro ocorrências de roubos e agora, no mesmo período, tivemos 242 ocorrências.

O *Correio Braziliense* publicou uma matéria no dia 19 de setembro com o título "Taguatinga se torna o terror dos carteiros". No dia 20, portanto, logo em seguida, dois carteiros foram ameaçados de morte caso não portassem cartões bancários ou alguma quantia em espécie.

Vejam a que ponto chegaram os laráplos; a que nível de ousadia, Deputado Geraldo Naves, chegaram esses laráplos!

Pois bem. A Diretoria Regional dos Correios tem buscado, junto aos órgãos de segurança, desenvolver ações no sentido de garantir a integridade física e a vida desses trabalhadores e trabalhadoras. Porém, o caso é gravíssimo! E exatamente por ser grave, Deputado Cabo Patrício, V.Exa. que é da área da Segurança, assim como o Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, agora presente, também veio da área



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	8

de Segurança; Deputado Wilson Lima; Deputado Geraldo Naves; Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo; e Deputado Milton Barbosa, também egresso da área de Segurança, S.Exa. foi Diretor-Geral da Polícia Civil, quero pedir aos colegas que esta Casa faça uma intervenção junto ao Poder Executivo e à Secretaria de Segurança. Nós temos feito algumas incursões junto à Polícia Federal, para que esses trabalhadores não fiquem todo o tempo sob risco de morte, quando estão, na realidade, trabalhando pelo Brasil.

Deputado Cabo Patrício, uma demonstração de que o Governo se esqueceu dos compromissos assumidos na campanha é o problema do risco de vida que, até hoje, não foi efetivamente honrado.

Eu estimo que o Sr. Governador esteja nos escutando, que S.Exa. tenha a clareza de que se os trabalhadores, como os da Segurança, não forem tratados com a estatura que têm e com o relevo que tem o seu trabalho para a sociedade, é a sociedade quem mais perderá.

Muito obrigado.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. que é, sem dúvida nenhuma, o verdadeiro defensor, muito atuante, das categorias como a PM e o Corpo de Bombeiros Militar nesta Casa.

Esse fato ocorrido no dia de ontem, em virtude da morte desse cidadão, desse trabalhador, desse pai de família, tem que trazer uma reflexão para todos nós, para o Estado, para o Governo.

Eu costumo dizer que os mandatos, os poderes, as pessoas passam, mas a instituição fica. Temos que mobilizar nossas forças, para que essas categorias tenham um direito garantido, que é legítimo, que é o seguro de vida.

Parabenizo, portanto, V.Exa. pela perspectiva da defesa desse direito que, sem dúvida nenhuma, tem o nosso apoio.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Muito obrigado, Deputado Berinaldo Pontes.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de deixar claro que uma Instituição como o Corpo de Bombeiros, na qual o W. Nunes perdeu a vida, que é responsável por salvar vidas, não poderia deixar chegar ao ponto de um profissional perder a vida.

Portanto, a proposta do curso tem que ser revista e o Governo tem que acompanhar a investigação. O Ministério Público Militar tem que acompanhar o inquérito policial militar aberto pelo Corpo de Bombeiros, para averiguar se não houve excesso, o chamado caldo. O Deputado Geraldo Naves sabe do que se trata.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	9

Temos que saber se não foi isso que resultou na morte de um profissional que é um dos melhores profissionais do Corpo de Bombeiros Militar.

Chamamos à reflexão o Governador, para que S.Exa. institua imediatamente a classificação de risco de morte a esses profissionais que tanto precisam.

Muito obrigado.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que o Deputado Cabo Patrício não quis me conceder um aparte. Mas não tem importância.

No final do pronunciamento do Deputado Cabo Patrício, S.Exa. mencionou a questão do caldo que ocorre nesses cursos, que hoje está em todos os jornais. É uma questão séria. Sempre debatemos e colocamos para a comunidade a questão desses abusos cometidos. É evidente que não podemos afirmar que houve abuso. Não estou afirmando, nem o Deputado Cabo Patrício afirmou que houve abuso. É uma questão para verificarmos.

Se um curso está sendo praticado pelo pessoal do Corpo de Bombeiros, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica ou de outro lugar, nós não podemos culpar o Governo por isso. Concorda?

Outro ponto é o risco de morte. Eu acompanhei de perto a luta do Governador Arruda, quando Líder do Senado ainda, sobre a gratificação, a GAM, para a Polícia Militar e a GOE para a Polícia Civil. São conquistas que estão por aí.

Sobre a questão de risco de morte que vem por aí, há um empenho por parte do Governo nesse sentido. Foi falado aqui em assalto aos Correios em plena luz do dia. Não é só aos Correios. Assalto em plena luz do dia ocorre em todo o Brasil, no Entorno e em todas as ruas.

Falaram da segurança nas escolas. Existe segurança nas escolas, tem guarda. Agora, precisa da participação real das escolas com a Segurança Pública e com o pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal. Evidentemente é preciso uma aproximação maior.

Para concluir, Sr. Presidente, eu acredito muito na ação. Falar dos postos de segurança é fácil quando se está agindo, quando se está fazendo. Sugestão precisa existir e não está havendo. Criticar é fácil! Muito fácil!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	10

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna, nesta tarde, é a questão dos cargos comissionados na administração pública.

Eu encaminhei ao Governo do Distrito Federal um requerimento formal de informações no dia 26 do mês passado, e o Governo tem trinta dias para responder. Esse prazo vai se exaurir na próxima sexta-feira.

Espero que na semana que vem eu possa vir a esta tribuna e dizer exatamente quantos cargos comissionados existem em cada setor do Governo do Distrito Federal.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Deputado Berinaldo Pontes e Deputado Batista das Cooperativas, que eu sou um radical defensor da redução do número de cargos comissionados na estrutura do Estado. Tem que haver cargos comissionados? Tem. Há cargos que são de confiança: um chefe de gabinete, uma secretária, para assessorar o gestor direto, e aí não é uma questão técnica. Mas há áreas que são técnicas.

A França inteira possui quatro mil e oitocentos cargos comissionados. Os Estados Unidos possuem cinco mil e seiscentos cargos comissionados. Não tem cabimento o Distrito Federal, desse tamanho, ter mais de quatorze mil cargos comissionados. Isso, em minha opinião, é um desperdício de dinheiro público que deveria ser aplicado na Educação, na Saúde Pública e na Segurança porque é aí que o contribuinte que paga seus impostos, às vezes, de forma dolorida e suada, gostaria de ver o dinheiro de seus impostos sendo empregado.

Os concursados também não podem continuar do jeito que estão. É impopular eu dizer isso, é antipático, mas, mesmo assim, com a consciência que tenho da minha responsabilidade, eu tenho de dizer: concursado é alguém que ralou à beça para passar no concurso, mas, ao ser aprovado, acredita que já fez a sua parte, quando ele vai ter que começar a devolver para a sociedade o que ela paga de salário para ele.

Não tem cabimento alguém que trabalha pouco e outro que trabalha muito ganhar a mesma coisa! O médico que faz uma cirurgia por dia e outro que faz quatro ganharem a mesma coisa. É preciso ter bônus por produtividade!

A Administração Pública tem que ser modificada, tem que sofrer um enxugamento, uma redução drástica no seu número de cargos comissionados. É óbvio que existem exceções, mas, na maioria dos casos, o servidor atende mais ao político que o nomeou do que ao contribuinte, que paga o seu salário. Os servidores concursados precisam sofrer avaliação de seu desempenho e adquirir bônus por produtividade, de acordo com seu desempenho.

O servidor público, não é o fim, é o meio para servir a sociedade. Ele é um agente importantíssimo para gerar a qualidade do serviço público, pois é ele quem



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	09	2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	11

presta o serviço público. Ele é o meio; o fim é o serviço público oferecido à população. Às vezes, o corporativismo faz com que essa situação não seja exposta com clareza, mas o servidor é um meio. O fim é o serviço público prestado ao contribuinte, que paga o funcionamento do Estado.

Eu quero, Sr. Presidente, defender desta tribuna a redução drástica do número de cargos comissionados. Esses 14 mil cargos comissionados poderiam ser diminuídos para 2 mil ou 3 mil cargos, e já estaria de bom tamanho. Não é possível que o Distrito Federal tenha mais cargos comissionados do que os Estados Unidos da América.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, concordo com as suas ponderações no sentido de que deveríamos valorizar em especial os servidores concursados. Isso é verdade! Dessa proposta eu comungo. É prática política deste País – prática histórica – haver mais cargos comissionados do que servidores de carreira.

V.Exa. foi muito feliz quando citou a situação da França, pois aquele país tem muitos exemplos para dar ao Brasil. O parlamento francês, no ano de 2005, aprovou treze leis, durante todo o ano. Valoriza-se mais o debate do que a aprovação aleatória das leis ou a aprovação de leis em grandes quantidades. A qualidade tem que estar à frente disso.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem-se antecipado. Quero deixar claro que a decisão tomada agora pelo Supremo Tribunal Federal com relação ao nepotismo já foi acertada e adotada por esta Casa. Infelizmente, a grande mídia não tem mostrado isso. Aprovamos a lei antinepotismo há mais de um ano.

O Supremo Tribunal Federal diz que os cargos do Poder Legislativo (dos gabinetes) são cargos políticos. Portanto, acertamos novamente quando passamos, no mínimo, 51% dos cargos comissionados para os servidores de carreira, da estrutura da Casa. O meu ideal era chegar ao final deste mandato, como Presidente desta Casa, com um percentual maior do que esse. Quando assumi esta Presidência, somente 10% desses cargos eram ocupados por servidores de carreira. Eu quero deixar isso bem claro! A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem dado exemplo. Infelizmente, a grande mídia não nos oferece essa oportunidade.

Aproveito para comunicar a V.Exa. que hoje, além de uma série de economias feitas por esta Casa – V.Exa. um dia me pediu a palavra e falou sobre isso, e eu lhe agradeço as palavras –, recebemos um prêmio do *Jornal de Brasília* por termos conseguido nos enquadrar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos orgulhosos e queríamos, na verdade, transferir para a população de Brasília e para todos os Parlamentares desta Casa a premiação que acabamos de receber.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	12

Queríamos também que se comentasse a nossa decisão com relação ao nepotismo, como foi feito hoje pelo *Correio Braziliense*. Estão falando sobre a questão do nepotismo nacionalmente, em função de decisão do Supremo Tribunal Federal. Procure a decisão do STF e a compare com a resolução aprovada por esta Câmara Legislativa para ver como elas são idênticas! A diferença é que tomamos essa decisão há mais de um ano. Somos o primeiro Legislativo do Brasil a ter uma lei antinepotismo aprovada. E isso aconteceu há mais de um ano. A decisão do Supremo Tribunal Federal, que diz que os cargos de gabinete são políticos, já fora tomada por nós há mais de um ano, quando passamos a valorizar os servidores de carreira.

Concordo com as palavras de V.Exa.

Eu sou funcionário público de carreira. Se este País desse mais valorização e profissionalização aos servidores públicos de carreira, seríamos com certeza um Estado melhor, prestando serviços mais eficazes e eficientes para Brasília e para o Brasil.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Alírio Neto, agradeço-lhe o aparte.

Com relação à Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu defendo também uma redução drástica do número de cargos comissionados nos gabinetes. É a minha opinião.

Voltando à questão dos cargos comissionados na estrutura do Governo, a minha preocupação não é só priorizar o servidor de carreira, porque, às vezes, o servidor de carreira também se acomoda com o trabalho, porque não tem a clareza de que a sua função ali não possui como fim o salário que recebe no final do mês. O fim é o serviço que ele tem de prestar à população, ao contribuinte. O que eu não posso aceitar é que o serviço público continue como está: loteado de cargos comissionados, de indicações políticas, que servem aos políticos que os nomearam, e não aos contribuintes. Os concursados não têm nenhum atrativo em termos de produtividade. Uma pessoa que produz mais tem de receber mais do que a que produz menos. O Governo tem de criar mecanismos de aferição do trabalho e de incentivo à produtividade do servidor público.

Agradeço a benevolência do Presidente em relação ao tempo do meu pronunciamento, porque houve aparte do Deputado Alírio Neto, que tomou um pouco do meu tempo.

Informo que estou esperando resposta do requerimento de informações que fiz ao Governo do Distrito Federal, no qual defendo uma redução drástica no número de cargos comissionados na estrutura do Governo. Não tem cabimento os Estados Unidos terem 5.600 cargos comissionados, e o Distrito Federal, do tamanho que é, ter mais de 14.000 cargos comissionados. Isso é inaceitável!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	13

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que consulte os Deputados sobre a possibilidade de abrirem mão dos seus pronunciamentos no período de Comunicado de Parlamentares para darmos início às discussões da Ordem do Dia.

Solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008. Esse projeto trata da extinção das taxas. Está aqui hoje o Deputado Rôney Nemer, com toda a equipe da GEFIZ, para explicar aos Deputados a matéria. E estamos construindo um acordo para votarmos apenas o primeiro turno desse projeto. Deixaríamos o segundo turno para votar na terça-feira da próxima semana. As emendas que forem necessárias seriam apresentadas no segundo turno, para que não haja nenhuma dificuldade na votação e na tramitação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido de V.Exa. referente à inclusão na pauta do PLC nº 98 de 2008.

Consulto os Deputados presentes para saber se abrem mão de seus pronunciamentos no Comunicado de Parlamentares. (Pausa.)

A Deputada Erika Kokay quer fazer uso da palavra. Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje há uma extensa matéria num jornal desta cidade que denuncia uma verdadeira vergonha para Brasília e para o País, tendo como palco a Capital da República.

Essa matéria aponta a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, na maioria em situação de rua. Crianças e adolescentes são exploradas sexualmente para ganhar uma quantia de três reais ou cinco reais. Chegam a atender por volta de 6, 7 ou 10 homens em uma única noite. São crianças que já tiveram os seus direitos básicos fundamentais assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente violados.

Crianças estão em situação de trabalho infantil, vendem balinhas, vendem chicletes nos sinais de trânsito desta cidade. Todos e todas já as viram, mas parece que elas não existem, parece que são invisíveis. É obvio que o trabalho informal nas ruas aumenta a vulnerabilidade e expõe essas crianças e esses adolescentes ao risco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	14

Pela minha experiência já de seis anos como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tenho a compreensão de que nenhuma violação de direito fica ensimesmada. Ela vai alimentar, inevitavelmente, a violação de outro direito, até porque os direitos são indivisíveis. Em dezembro deste ano, comemoramos os sessenta anos da Declaração Universal. Os direitos são indivisíveis. Crianças em situação de trabalho infantil, informal e nas ruas estão suscetíveis a sofrerem outro tipo de violação.

No Brasil inteiro, tem caído, a olhos vistos, de forma vertiginosa, a média de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Aqui no Distrito Federal, tem aumentado. Em 2004, tínhamos dezessete mil crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Em 2006, tivemos vinte e três mil crianças na mesma situação. Está aumentando o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes talvez seja a forma mais cruel ou uma das mais cruéis formas de trabalho infantil. Essas crianças precisam levar para casa determinada quantia. É muito mais fácil teoricamente, mas muito mais danoso e cruel fazê-lo por meio da exploração sexual comercial. É o que diz uma das crianças de apenas nove anos numa entrevista no jornal *Correio Braziliense*. Aumenta o trabalho infantil no Distrito Federal. No ano passado, 2007, mantiveram-se os mesmos vinte e três mil, não houve arrefecimento.

Inusitada e paradoxalmente, o Governo executou, até o meio do ano, 0% (zero por cento) dos recursos orçamentários previstos para o enfrentamento do trabalho infantil e 0% (zero por cento) dos recursos orçamentários previstos para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nesta cidade. Um plano que começou a ser elaborado no ano de 2002, foi lançado no ano de 2005 e não foi executado. Não há ações. Hoje, na primeira hora da manhã, participei de um seminário promovido por várias secretarias, sob a coordenação da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, para revisarmos o Plano Distrital de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para que ele seja implementado.

Enquanto isso, enquanto o Estado dorme, enquanto crianças e adolescentes não são prioritários, os jornais desta cidade estampam que meninas de nove anos, de onze anos e de doze anos estão sendo vítimas, todas as noites, de exploração sexual comercial no centro da nossa cidade, no palco do Governo local, no centro do Distrito Federal.

Por isso, eu gostaria apenas de aqui apontar a minha profunda indignação por crianças e adolescentes estarem sendo vítimas. Elas já foram vitimizadas antes para chegar à situação de exploração comercial. É uma revitimização, sem nenhuma dúvida. E, mesmo assim, foi executado 0% (zero por cento) do plano, que não salu do papel desde que foi lançado, em 2005.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	15

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO BERINALDO PONTES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de explicitar aqui nesta tarde minha indignação, como assistente social, com a matéria publicada hoje no *Correio Braziliense*. A matéria revela a falta de políticas públicas para crianças e adolescentes e a falta de aplicação de um planejamento estratégico, principalmente na erradicação do trabalho infantil. Entendo que a Capital Federal não pode conviver com essa vergonha. A leitura da matéria emocionou a todos e todas, que percebem que os valores pessoais e humanos estão à margem das questões morais. Isso é vergonhoso.

Como Parlamentares, precisamos abraçar a causa da erradicação do trabalho infantil, que é triste e deixa vulneráveis as nossas crianças. Apelo aos Srs. e às Sras. Parlamentares que destinem recursos do Orçamento, no final do ano, para a realização de políticas sociais para as crianças e os adolescentes na perspectiva de prevenção desse mal no Distrito Federal, para que ele não mais exista aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Consulto todos os Deputados se concordam em que deixemos de apreciar os vetos, que estão trancando a pauta, e entremos na pauta propriamente dita. (Pausa.)

Como ninguém se manifestou em contrário, entraremos na pauta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. já acatou o Projeto de Lei Complementar nº 98, que trata da extinção das taxas. Há um acordo para votarmos em primeiro turno este projeto sem emendas. Para que todos os Deputados tenham conhecimento pleno do projeto, a equipe do Deputado Rôney Nemer está presente para nos apresentar o projeto. Assim, solicito a V.Exa. que defira a presença desta equipe em plenário para que ela faça a projeção. Ela apresentaria o projeto em dez minutos. Em seguida, votaríamos, em primeiro turno, o projeto sem emendas. Elas seriam construídas e votadas na próxima terça-feira em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. propõe que o Deputado Rôney Nemer adentre o plenário com sua equipe.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sim, para apresentar o projeto. Peço aos Deputados que permaneçam no plenário para tomarem conhecimento do projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos para que a equipe do Deputado Rôney Nemer possa apresentar o projeto no telão da Câmara.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h18min, a sessão é reaberta às 16h45min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência solicita aos Deputados presentes nas dependências da Casa que venham ao plenário para votarmos o segundo turno do projeto referente ao REFAZ III – aprovado ontem – e o projeto das taxas.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 180, de 07/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 80ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		☒	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		☒	
BERINALDO PONTES - PP	☒		
BISPO RENATO - PR	☒		
BRUNELLI - DEM		☒	
CABO PATRÍCIO - PT		☒	
CHICO LEITE - PT		☒	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		☒	
DOUTOR CHARLES - PTB		☒	
ÉRIKA KOKAY - PT		☒	
EURIDES BRITO - PMDB	☒		
GERALDO NAVES - DEM	☒		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	☒		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	☒		
MILTON BARBOSA - PSDB	☒		
PAULO TADEU - PT	☒		
PEDRO DO OVO - PMN	☒		
RAAD MASSOUH - DEM	☒		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		☒	
REGUFFE - PDT	☒		
ROBERTO LUCENA - PMDB	☒		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		☒	
WILSON LIMA - PR	☒		
ALÍRIO NETO - PPS		☒	
TOTAL	13	11	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	17

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa., com a aquiescência do nosso Líder, Deputado Leonardo Prudente, incluísse como item extrapauta o Projeto de Lei nº 1.020, de 2008, que "dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o evento 'O Plauí é aqui, no coração do Brasil'".

Dada a proximidade da realização desse evento, no qual contamos com a presença do Sr. Governador, que foi convidado para sancionar, no ato, esse projeto de lei que é assinado pelos Deputados Alírio Neto, Cristiano Araújo, Raimundo Ribeiro e outros, solicito a V.Exa. que coloque esse projeto como item extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatada a solicitação de V.Exa. No momento exato, apreclaremos a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando que ainda não temos os dezesseis Deputados para votarmos o projeto das taxas em primeiro turno, quero...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, tínhamos aqui elencados o Item nº 10 e o Item nº 12, que são projetos de segundo turno e que estão na pauta há muito tempo. Poderíamos apreciá-los e, assim, desobstruir a pauta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, penso que é importante votarmos os projetos de Deputados que estão no plenário. Aliás, esta tem sido a regra: votar os projetos de Deputados que estiverem presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Benício Tavares não está presente, e um item é da autoria de S.Exa. Outros dois são dos Deputados Cabo Patrício e Dr. Charles, que também não estão presentes.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Poderíamos votar os vetos, Sr. Presidente, principalmente aqueles sobre os quais já há acordo. Os que forem polêmicos, poderemos deixar para outra oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 1:

Apreciação do Veto Parcial aos Anexos do Projeto de Lei nº 761, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)".

Relator: Deputado Brunelli - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	18

O veto foi oposto aos anexos referentes às Emendas nºs 2 e 4.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Retifico aqui a afirmação que fiz a respeito do relatório: o veto foi oposto às Emendas Parlamentares de nºs 2 e 14.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 761, de 2008, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)".

É o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 761/2008, que *abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).*

Relator: Deputado BRUNELLI *Leurides Brito*

Com a Mensagem nº 160 – GAG, de 12 de junho de 2008, o Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Senhor Presidente desta Casa de Leis e seus ilustres pares que, nos termos do art. 74, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetou parcialmente a Emenda Aditiva nº 14/08 e totalmente a Emenda Modificativa nº 02/08, ambas de Plenário, ao Projeto de Lei nº 761/2008, oriundo do Poder Executivo.

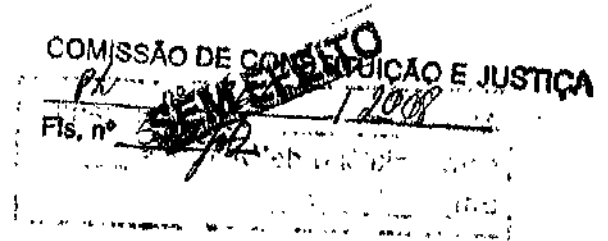
Como motivos de veto, o Chefe do Poder Executivo Informa em sua mensagem que o Projeto de Lei em epígrafe, encaminhado a essa Egrégia Casa Legislativa, recebeu emendas consideradas tecnicamente inexecutáveis pelas razões especificadas a seguir:

I – Emenda Aditiva nº 14/08 de Plenário (do Sr. Deputado Leonardo Prudente)

O Programa de Trabalho: 19.126.1000.5836.7530 – Implant. Prog. Inclusão Digital Rural Braz/Planaltina (EP), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, não possui disponibilidade orçamentária suficiente para financiar o crédito vez que já foi empenhado para atender despesas conforme NE's nº 253, 254, 256, 279, 282, 284, 296, 297, 310 e 379. Por esta razão, observa-se a inexistência de recursos disponíveis para acorrer à despesa o que contraria o disposto no art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Emenda Modificativa nº 02 de Plenário (autorla do Sr. Deputado Batista das Cooperativas)

O Programa de Trabalho: 08.122.0100.2598.7338 – Festival de Música Popular de Samambaia (EP), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho, não possui disponibilidade orçamentária para financiar o crédito vez que já foi descentralizado através da NC nº 00008, de 26 de março de 2008, entre a SEDEST e a Secretaria de Estado de Justiça e, Direitos Humanos e Cidadania, sendo os recursos empenhados, conforme NE nº 237. Por esta razão, observa-se a inexistência de recursos disponíveis para acorrer à despesa o que contraria o disposto no art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;"



São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado

Presidente

Deputado BRUNELLI

Relator

"Ad hoc"
Eurides Brito
Presidente da CCJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	19

DEPUTADO EURIDES BRITO – Sr. Presidente, o veto parcial incidiu sobre duas emendas de autoria de Parlamentar. No exame, viu-se que não há disponibilidade orçamentária suficiente para financiar o crédito, vez que a fonte indicada já foi utilizada para atender às despesas. Por essa razão, observa-se a inexistência de recursos disponíveis para as despesas, o que contraria o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64, que estabelece normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Sr. Presidente, somente por isso, que não deixa de ser uma razão maior, porque é uma razão constitucional, esse é o nosso relatório, já que não podemos fechar com o voto. Mas demos aos Srs. Deputados elementos para ajuizarem pela questão relativa a este veto parcial.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhamento da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhamento de votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já havíamos discutido o encaminhamento, e uma das emendas é de minha autoria.

Nosso encaminhamento é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Haverá votação única para as duas emendas.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 24/09/2008

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Anexos (Emendas n° 02 e 14)☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S)☒ PROJETO DE LEI N°(S) 761/08

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a):

Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES - PMDB				X	
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL	13			11	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato	ASSP Nº 1 Fls.º
------	------------------------------	-----------------------

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	00	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	00		
AUSÊNCIAS	11		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Fica mantido o veto às Emendas nºs 2 e 14, aos anexos do Projeto de Lei nº 761, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como V.Exa. acatou a solicitação do Deputado Milton Barbosa para apreciação da matéria referente ao calendário oficial de eventos, informo não haver óbice por parte desta Liderança para podermos votá-lo neste momento. Logo após, pularíamos o Item nº 2 e passaríamos ao Item nº 3, que trata de veto parcial a um projeto de autoria de V.Exa., Deputado Wilson Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.020, de 2008, de autoria dos Deputados Milton Barbosa, Alírio Neto, Cristiano Araújo e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o evento que especifica”.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.020, de 2008, de autoria dos Deputados Milton Barbosa, Alírio Neto, Cristiano Araújo e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o evento que especifica”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CAS.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	21

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.020, de 2008, de autoria dos Deputados Milton Barbosa, Alirio Neto, Cristiano Araújo e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o evento que especifica”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.020, de 2008, em primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 3:

Apreciação do veto parcial ao parágrafo único do art. 5º e ao art. 6º, do Projeto de Lei nº 441, de 2007, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “institui o Festival de Música Popular de Brasília - FEMUBRA e dá outras providências”.

Relator: Deputado Brunelli - CCJ.

Na ausência do Relator, Deputado Brunelli, a Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir relatório sobre a matéria.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para proceder à leitura do relatório pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do veto parcial ao Projeto de Lei nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	22

441, de 2007, que "institui o Festival de Música Popular de Brasília, FEMUBRA, e dá outras providências".

É o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº /2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 441/2007, que "Institui o Festival de Música Popular de Brasília – FEMUBRA e dá outras providências".

RELATOR: Deputado ~~BRUNELH~~ Eurídes Brito

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto parcial ao Projeto de Lei nº 441/2007. O veto incidiu sobre o parágrafo único do art. 5º e sobre o art. 6º da proposição.

O projeto, da lavra do nobre Deputado Wilson Lima, versa sobre a instituição do Festival de Música Popular de Brasília – FEMUBRA. São estabelecidos os critérios para participação e a periodicidade do festival. As questões relativas à organização, premiação e outras necessárias à realização do evento são remetidas aos órgãos competentes do Poder Executivo.

Justificando a iniciativa, o autor argumenta que a capital do país precisa oferecer maiores oportunidades de cultura e lazer para a comunidade. Afirma ainda o nobre parlamentar: *"O FEMUBRA certamente contribuirá para o lançamento de novos nomes no cenário artístico nacional, pois não podemos nos esquecer que boa parte dos cantores e compositores que há décadas fazem sucesso no Brasil surgiu justamente em festivais de música."*

O próprio autor da proposição apresentou emenda aditiva, com a finalidade de introduzir parágrafo único ao art. 5º, determinando que o festival seja contemplado com recursos previstos no art. 246 da Lei Orgânica distrital.

As Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça aprovaram o projeto, bem como a emenda apresentada. Também na votação em

Plenário, a proposição obteve voto favorável em seus dois turnos regimentais de votação, com a emenda proposta.

Ao vetar os dispositivos assinalados, o Governador afirma que esses, ao fixar atribuições e impor obrigações financeiras para órgãos do Poder Executivo, contrariam os comandos do art. 71, § 1º, IV e V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinados com o art. 100, inciso IV, da mesma lei.

Pelas razões que apresenta, o Governador solicita a manutenção do veto pela Câmara Legislativa.

Essas são as informações que julgamos necessárias para o que os parlamentares desta Casa deliberem sobre o veto oposto.

É o relatório.

Sala das Comissões,

Deputado _____
Presidente

Deputado BRUNELLI
Relator

ad hoc. Euvides Brito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	23

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, nós temos aprovado, nesta Casa, projetos mais ou menos dessa natureza, mas com a ressalva de que não invadam o campo do Poder Executivo no que diz respeito às obrigações financeiras, o que não é o caso desse projeto. Ele é parcial exatamente para tirar – Deputado Milton Barbosa, Deputado Pedro do Ovo, meus colegas de comissão, que tanto temos trabalhado nisso – a parte do encargo do Estado em cima do projeto.

Então, mantemos a instituição do Festival de Musica Popular de Brasília, mas retiramos os encargos financeiros do Governo.

Esse é o meu relatório, que, creio, dará elementos para que os Deputados possam ajuizar seus votos na hora oportuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme ficou acordado com V.Exa., que inclusive é autor do projeto, e por se tratar de veto parcial, o encaminhamento é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA ____/____/2008

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) AD(S): Parágrafo Único do art 5º e art 6º
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 441/07

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo
Relator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB				X	
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	TOTAL	16			08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Bispo Renato</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	-------------------------------------	------------------------------

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando que temos 16 Deputados presentes, solicito a V.Exa. que coloque em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, que trata do projeto das taxas, conforme acordo com a liderança do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF
 Deputada - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências".

Informamos que não foi apresentada nenhuma emenda ao referido PLC.

Portanto, no âmbito desta Comissão, somos favoráveis à admissibilidade do projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	25

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CEOF.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, do Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências".

Aqueles que tiveram o privilégio de estar aqui anteriormente puderam assistir, por intermédio do nosso colega licenciado, Deputado Rôney Nemer, a uma palestra bastante esclarecedora a respeito do projeto, deixando bem clara a questão da extinção das taxas e das taxas que permaneceriam.

O nosso caso aqui não é examinar o mérito da cobrança de cada taxa, mas a legalidade de o Governo exercer realmente este ato. Esse é o objeto que está sujeito à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o projeto atende às exigências previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Portanto, o parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	26

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM ____ / ____ / 2008

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 96/08
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº (S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐ OUTROS _____
☐ VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	☒				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				☒	
	BERINALDO PONTES	PP	☒				
	BISPO RENATO	PR	☒				
	BRUNELLI	DEM				☒	
	CABO PATRÍCIO	PT				☒	
	CHICO LEITE	PT				☒	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	☒				
	DOUTOR CHARLES	PTB				☒	
	ÉRIKA KOKAY	PT				☒	
	EURIDES BRITO	PMDB	☒				
	GERALDO NAVES	DEM	☒				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	☒				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	☒				
	MILTON BARBOSA	PSDB	☒				
	PAULO TADEU	PT				☒	
	PEDRO DO OVO	PMN	☒				
	RAAD MASSOUH	DEM	☒				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	☒				
	REGUFFE	PDT	☒				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	☒				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				☒	
	WILSON LIMA	PR	☒				
	ALÍRIO NETO	PPS	☒				
	TOTAL	---	16			04	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____ Nº ____ / ____

FOLHA Nº ____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a continuação da pauta, votando os Itens nºs 4, 5 e 6. Em seguida, a pedido do Deputado Milton Barbosa, peço que convoquemos uma sessão extraordinária, se os Deputados estiverem de acordo, para votar o segundo turno. Por parte desta Liderança não há óbice.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Por parte desta Presidência também não há óbice em relação à solicitação de V.Exa.

Item nº 4:

Apreciação do veto parcial ao § 3º do art. 2º, art. 8º e art. 9º do Projeto de Lei nº 359, de 2007, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "dispõe sobre o descarte e destinação final de lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular, pilhas que contenham mercúrio metálico e demais artefatos que contenham metais pesados no Distrito Federal".

Relator: Deputado Pedro do Ovo - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 359, de 2007, que "dispõe sobre o descarte e destinação final de lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular, pilhas que contenham mercúrio metálico e demais artefatos que contenham metais pesados no Distrito Federal".

Assim o Governador conclui que vetou parcialmente o parágrafo 3º do art. 2º e os artigos 7º e 8º, na medida em que contrariam o disposto no art. 71, inciso I e VI, e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto parcial.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	28

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

A votação do veto parcial aos artigos será em bloco.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto parcial; os que votarem "não" estarão rejeitando-o, ou seja, votarão pela derrubada.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o acordo é para que votemos pela derrubada do veto. Portanto, encaminho para que o voto seja "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 24/08/2008

ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): § 3º do art. 2º, art. 8º e art. 9º

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 359/07

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a):

Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB				X	
	BERINALDO PONTES - PP		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUI - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	ROBERTO LUCENA - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL		14		10	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO	ASSP Nº 1 Fls.º
------	------------------------------	-----------------------

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	29

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Quero deixar claro aos Srs. Parlamentares que o resultado da votação passada foi sobre o veto parcial oposto aos artigos.

Item nº 5:

Apreciação do veto parcial aos anexos do Projeto de Lei nº 501, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011”.

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ.

Na ausência do Relator, Deputado Milton Barbosa, solicito ao Deputado Pedro do Ovo que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial oposto aos anexos do Projeto de Lei nº 501, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período de 2008 a 2011”.

É o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL ^{ao}posto ao Projeto de Lei nº 501/2007, que altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período de 2008 a 2011.

Pedro do Aze
Relator: Deputado MILTON BARBOSA

Com a Mensagem nº 161/08-GAG, o Senhor Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa que, nos termos do art. 74, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decidiu vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, oriundo do Poder Executivo.

Foram vetadas as ações 4014 – Café Completo, 4015 – Cesta Verde, 4016 – Bolsa Social, 4017 – Restaurante Prato Cheio e 9094 – Isenção de Tarifas Públicas.

As razões dos vetos às citadas ações, segundo a referida mensagem, “estão alicerçadas nas mudanças que o governo está promovendo com a unificação dos projetos sociais em um único programa denominado “Vida Melhor”, cujo objetivo é “a unificação dos procedimentos de gestão das ações de segurança alimentar e de transferência de renda”.



O Chefe do Poder Executivo afirma que *"com a criação do Programa, de natureza contínua, o Governo do Distrito Federal promoverá a integração das ações de combate à fome e de segurança alimentar, estimulando a emancipação das famílias que vivem abaixo da linha de pobreza e que hoje são beneficiárias dos programas Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda – PRO-FAMÍLIA e Renda Minha"* e conclui acrescentando que *"a criação destas cinco ações, neste momento, confronta com a proposta de unificação prevista no novo programa."*

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado

Presidente

Deputado MILTON BARBOSA

Relator

"ad hoc"

Pedro do Oro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	30

DEPUTADO PEDRO DO OVO - Sr. Presidente, o chefe do Poder Executivo afirma que, com a criação do programa de natureza contínua, o Governo do Distrito Federal promoverá a integração das ações de combate à fome e de segurança alimentar, estimulando a emancipação das famílias que vivem abaixo da linha de pobreza e que hoje são beneficiárias dos programas Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda, Pró-Família e Renda Minha.

Conclui acrescentando que a criação dessas cinco ações, neste momento, confronta com a proposta de unificação prevista no novo programa.

São essas as informações que julgamos necessárias à apreciação da matéria, no âmbito da CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu encaminhamento é pela manutenção do veto parcial.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto parcial; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 24/09/2008

ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Anexos☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 501/07

Autor: Deputado(a): _____

☒ ExecutivoRelator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB				X	
	BERINALDO PONTES - PP	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	ROBERTO LUCENA - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL	15			09	

ASSP	<u>SECRETÁRIO DEF. BISPO RENATO</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º _____
------	-------------------------------------	------------------------------------

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto parcial aos anexos do PL nº 501, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 837, de 2008, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Rôney Nemer, que “dispõe sobre o transporte de bicicletas ou de similares com propulsão humana nas composições do metrô, dos veículos leves sobre trilhos – VLTs – e sobre pneus – VLPs – e dá outras providências”.

Relator: Deputado Brunelli – CCJ.

Na ausência do Relator, solicito ao Deputado Pedro do Ovo que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto total oposto ao Projeto de Lei nº 837, de 2008, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Rôney Nemer, que “dispõe sobre o transporte de bicicletas ou de similares com propulsão humana nas composições do metrô, dos veículos leves sobre trilhos (VLTs) e sobre pneus (VLPs) e dá outras providências”.

É o seguinte o relatório:

RELATÓRIO

/2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 837/2008, que *"Dispõe sobre o transporte de bicicletas ou de similares com propulsão humana nas composições do metrô e dos veículos leves sobre trilhos -VLTs e sobre pneus - VLPs e dá outras providências."*

Relator: Deputado ~~BRUNELLI~~

Pedro do Oco

Em consonância com os termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Câmara Legislativa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei epigrafoado, pela Mensagem nº 187/2008 - GAG, de 19 de junho.

A referida proposição, de autoria dos deputados Paulo Tadeu e Rôney Nemer, autoriza o transporte de bicicletas ou de similares com propulsão humana nas composições do metrô, dos veículos leves sobre trilhos e dos veículos leves sobre pneus no âmbito do Distrito Federal como incentivo ao uso de bicicletas para o transporte.

Ao tramitar nesta Casa de Leis, a proposição em comento recebeu parecer favorável na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e na Comissão de Constituição e Justiça. Foi, posteriormente, aprovada em Plenário nos dois turnos de votação, em sessões ordinárias. A proposição não recebeu emendas no decorrer da tramitação.

O governador do Distrito Federal, amparado no § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetou integralmente a proposição em comento.

Em sua Mensagem, o chefe do Poder Executivo alega que, em que pese a nobreza dos propósitos *"da ilustre parlamentar"* (sic), o projeto não merece prosperar

porquanto esbarra em impedimentos constitucionais insuperáveis. Argumenta que "o transporte público tem como objetivo primordial oferecer meios de locomoção de qualidade, conforto, segurança e rapidez nos deslocamentos", e que "o presente Projeto de Lei vai trazer transtornos para administração uma vez que a extensão média de 1,50m e largura aproximada de 40cm no guidão, mais o ciclista que apóia, uma bicicleta deverá ocupar, dentro do metrô, espaço significativo de 2m². Isso implicará redução de espaço para deslocamento interno dos demais usuários/(sic)" O governador ainda ressalta que assim, para acomodar cada bicicleta, "será necessário abrir mão de 12 passageiros, que seriam prejudicados por deixarem de deslocar-se para seus destinos", e que "a tendência mundial dos sistemas metroviários, acompanhada pelo Brasil, é não permitir o transporte de usuários com bicicletas." O texto da Mensagem 187/2008 ainda faz registro de restrições ainda maiores ao uso do transporte de bicicletas nos veículos leves sobre trilhos ou pneus, considerando que as dimensões desses veículos são bem menores que a dos carros do metrô, e finaliza lembrando que a inconstitucionalidade alegada se faz presente por ausência de interesse público, conforme preconizado no art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal, pugnando pela manutenção do veto por esta egrégia Casa.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões,

Deputado

Presidente

Deputado BRUNELLI

Relator

"ad hoc" Dep.

Pedro do Ova



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	32

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Sr. Presidente, em sua mensagem, o Chefe do Poder Executivo alega que, em que pese a nobreza dos propósitos do ilustre Parlamentar, o projeto não merece prosperar, porquanto esbarra em impedimentos constitucionais Insuperáveis. Argumenta que o transporte público tem como objetivo primordial oferecer meios de locomoção de qualidade, conforto, segurança e rapidez nos deslocamentos e que o presente projeto de lei trará transtornos para a Administração, uma vez que, com a extensão média de 1,5m e a largura de, aproximadamente, 40cm no guidão, mais o ciclista que apóia, uma bicicleta deverá ocupar, dentro do metrô, o espaço significativo de 2 metros quadrados. Isso implicará redução de espaço para descolamento interno dos demais usuários. O Governador ainda ressalta que, para acomodar cada bicicleta, será necessário abrir mão de doze passageiros.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, julgamos necessária a deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acordo é pela derrubada do veto, portanto, pelo voto "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 24/09/2008

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): _____☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 837/08

Autor: Deputado(a): Paulo Tadeu e Romey Nemes

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do OVO

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB				X	
	BERINALDO PONTES - PP		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB				X	
	DOUTOR CHARLES - PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	ROBERTO LUCENA - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	TOTAL		14		10	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato	ASSP	Nº 1
VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 09 2008	15h20min	80ª Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários e 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

A Presidência encerrará esta sessão ordinária e convocará sessão extraordinária para apreciação do item extrapauta da ordinária incluso a pedido do Deputado Milton Barbosa e acordado com todos os Parlamentares para apreciação em segundo turno.

Se os Deputados quiserem, apreciaremos alguns itens da pauta da sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h34 min.)